



Foto: Adele Audisio | LabFoto

Babás em busca de respeito

PÁGINA 08

RADAR • PÁGINA 05

Médica acusa Secretaria Municipal
de Saúde de racismo institucional

É FEDERAL • PÁGINA 11 E 12

O Guardião Perpétuo da
Faculdade de Medicina da UFBA

RADAR • PÁGINA 03

50 anos do golpe:
conheça o outro lado da história

PARA NÃO SE PERDER...

RADAR –
MULHERES E DITADURA
PÁG. 03

TAMBORES –
MMA E INCLUSÃO SOCIAL
PÁG. 04

RADAR–
RACISMO INSTITUCIONAL?
PÁG. 05

RADAR –
ZOOLOGICO
PÁG. 06 E 07

RADAR –
SER BABÁ
PÁG. 08, 09 E 10

É FEDERAL –
SEOBINA, O BARBEIRO
PÁG. 11 E 12

TAMBORES –
BIENAL DE ARTES DA BAHIA
PÁG. 13

BABEL –
ARTE ACESSÍVEL
PÁG. 14

BABEL –
AUDIOLIVROS
PÁG. 15

TAMBORES –
PERFIL DE UM MUSICO
PÁG. 16

EDITORIAL



Foto: Carolina Pereira | LabFoto

Eles não driblam de farda, chuteira, ou meião. Na sua arena não tem traves, mas, sim, computadores. Fazem arte com as mãos, ao invés dos pés. Seja na grama ou na sala, o time de peso da Oficina de Jornalismo Impresso 2014.1 bate um bolão! Totalmente escalada no primeiro tempo, a equipe de 24 focas deu de goleada na iminência da “Copa do Jornal da Facom”. No amistoso com o deadline, o percurso foi árduo e o confronto acirrado. Mas bastaram alguns minutos extras, um pênalti aqui e outro acolá, para que o desempenho dos jogadores do terceiro semestre se equiparasse ao da Seleção Brasileira de Futebol. Já que em campo os nossos jogam com boas pautas, a taça não poderia ser ostentada com outra coisa, senão com a assinatura dos craques. Para você que nos lê, prepare-se, pois cada uma de nossas estrelas remete à diversidade dos títulos. Aqueles sobre as mulheres na ditadura, ou a respeito dos ringues do MMA. Tem até os que versam sobre direitos humanos, cuidado com os bichos e na acessibilidade. Por isso, vem torcer junto. Se existe jogo emocionante verde e amarelo, imagina o nosso em que a escalação tem múltiplas cores?!

Edvan Lessa
Editor Chefe

Produção da disciplina Oficina de Jornalismo Impresso (Semestre 2014.1) - Primeira edição, ano 2014

Reitora: Dora Leal Rosa

Diretor da Facom: Suzana Barbosa

Coordenação Editorial: Graciela Natansohn-DRT/BA 2702

Editorxs Chefe: Clarissa Viana e Edvan Lessa

Edição de fotografia: Bruna Castelo Branco

Projeto Gráfico: Amanda Carrilho e Gabriel Cayres / Eudfba

Diagramação: Matheus Ferreira / Eudfba

Repórteres (turma 2014.1):

Aline Valadares, Amanda Moreno, Analú Ribeiro, Bruna Castelo Branco, Caio Cruz, Clara Rellstab, Debora Rezende, Filipe Moreira, Gabriela Galeno, Gustavo Salgado, Isabela Garrido, José Ednilson Almeida, Júlia Sarmento, Laís Matos, Lilian Galvão Silva, Lorena Correia, Lorena Morgana, Luis Eduardo Dantas B. Queiroz, Matheus Vianna, Pollyanna

Couto, Priscila Dórea, Salete Souza, Vinícius Arnaut e Vitória Régia

Fotografos

Lucas Seixas - LabFoto, Bruno Santos - LabFoto, Ananda Ikishima - LabFoto, Taylla de Paula - LabFoto, Adele Audisio - LabFoto, Jessica Lemos - LabFoto, Luis Augusto - LabFoto, Bruna Castelo Branco - LabFoto, Milena Abreu - LabFoto, Carolina Pereira - LabFoto, Ivan Arancibia - LabFoto, Dudu Assunção - LabFoto,

Distribuição Gratuita

[f facebook.com/jornaldafacom](https://www.facebook.com/jornaldafacom)

**JORNAL
DA FACOM**

**Jornal Laboratório da Faculdade de
Comunicação da Universidade Federal da Bahia**
Rua Barão de Geremoabo s/n, Campus de Ondina
CEP 40.170-115 Salvador - Bahia - Brasil

EXPEDIENTE

50 anos de golpe: conheça o outro lado da história

A história que é contada por homens nem sempre lembra delas, mas as mulheres desempenharam papéis importantes na quebra do regime

Aline Valadares
Amanda Moreno

O cinquentenário do golpe militar do Brasil (de 1964 a 1985), ilustra as páginas de jornais e revistas de todo o país, assim como recebe destaque em programas televisivos, fóruns e debates sobre a temática. Uma história contada por homens e sobre homens costuma não revelar a atuação das mulheres, apesar de ser evidente a participação feminina na oposição ao regime político vigente no país.

Pesquisadora sobre as mulheres e a ditadura militar no Brasil, a doutora em História do Brasil e professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ana Maria Colling afirma que a mulher militante nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: o de se insurgir contra a política golpista e o de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. Segundo Colling, os militares denominavam a mulher militante como “puta comunista”.

“As mulheres não foram acessórias na luta armada”

De acordo com a professora e pós-doutora em história Maria Cláudia Badan Ribeiro, as mulheres emprestaram seus talentos de várias formas para as organizações armadas. Repassavam mensagens, escreviam documentos, distribuíam panfletos, abrigavam perseguidos, faziam levantamento para futuras ações armadas, conscientizavam camponeses nas áreas rurais e tomavam o lugar de seus maridos, quando alguns deles deixaram a luta. Cerca de 30 mulheres na Ação Libertadora Nacional (ALN), por exemplo, participaram do treinamento guerrilheiro cubano no Araguaia, e dentre os 68 guerrilheiros mortos, 19 eram mulheres, destaca Ribeiro.

É evidente que a sociedade brasileira da época era muito mais conservadora que hoje, e até na família, a mulher militante política muitas vezes encontrava resistências e incompreensões. Para a ex-militante política e mestra em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia, Iracy Picanço, predominava a ideia de que política não era espaço

para mulheres, e ainda assim, elas sempre estiveram presentes de formas diversas. Já Badan revela que muitos pais sofreram chantagem e suborno de militares, foram presos ou perseguidos durante muitos anos por causa da militância das filhas.

“A luta política se somou à luta da libertação feminina, as mulheres não foram acessórias na luta armada. Ao inverter a natureza pacífica das mulheres, que eram limitadas a cuidar do lar, elas se tornaram “perigosas” ao utilizarem as mesmas armas de fogo que os homens” diz Badan. E acrescenta que “elas estavam contestando os tradicionalismos, paternalismos ou tudo que tivesse relação com a palavra autoridade. As mulheres foram combatentes e não vítimas da revolução”, garante ela que, em 2011, finalizou tese de doutorado intitulada “Experiência de Luta na Emancipação Feminina: Mulheres na ALN”.

Os números confirmam a participação feminina

De acordo com os dados publicados pelo projeto Brasil Nunca Mais (BNM), que reúne informação sobre vítimas, locais, tipos de torturas e agentes envolvidos na repressão ilegal, do total de 4.124 pessoas vinculadas a partidos de esquerda, que foram processadas durante os anos de chumbo, 16% eram mulheres e, nos grupos armados urbanos,

elas representavam 18,3%. Apesar de parecer baixo, os pesquisadores lembram que a participação feminina era próxima ao percentual de mulheres economicamente ativas no Brasil, no mesmo período, que era em torno de 21%.

Em se tratando de partidos políticos, segundo os dados da BNM, as mulheres representavam 15,4% no maior partido da oposição da época, a ALN. Já no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) as mulheres representavam 18,1% dos integrantes e no Partido Comunista Brasileiro (PCB), 4,7%. Ainda de acordo com o projeto, a maior participação das mulheres foi observada na Ação Popular (AP), com a porcentagem de 27% do total de 470 atuantes.

Os números levantados pela Comissão Nacional da Verdade, instituída pelo governo federal em maio de 2012, revelam que cerca de 11% dos mortos e desaparecidos no período são mulheres. E, segundo o projeto Brasil Nunca Mais, 884 mulheres foram presas e denunciadas à Justiça Militar no período.

“884 mulheres foram presas e denunciadas à Justiça Militar no período militar”



Mulheres encabeçam passeata contra a censura. Rio de Janeiro, 1968. Foto de Agência JB

Fotografia histórica, retirada da internet.

MMA luta em prol da sociedade

Esporte que traz novas oportunidades para jovens será banido da TV

Filipe Moreira
Gabriela Galeno
Pollyanna Couto

Lutadores brasileiros ficaram famosos internacionalmente graças ao MMA (Mix Martial Arts). O esporte vem crescendo e ganhando adeptos, mas não está livre de polêmicas. Está em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto de lei que visa à proibição da transmissão do MMA na TV aberta, por considerá-lo violento. Entretanto, fora dos holofotes, lutadores, ex-lutadores e treinadores promovem a inclusão de crianças e adolescente através de projetos sociais que buscam atraí-los para um futuro melhor.

Luiz Carlos Dorea e Júnior Pevis são dois exemplos de líderes de projetos sociais que procuram ensinar valores como respeito e disciplina através do esporte. Seus principais objetivos são educar e formar indivíduos, resgatando sua autoestima e disseminando uma cultura de paz nas suas comunidades.

Foi assim que Júnior Pevis, campeão brasileiro de 2011 do Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu sem quimono (Submission), idealizou o “Guri”, projeto social em que o foco principal é a formação para a cidadania de crianças e adolescentes de baixa renda, por meio da prática das artes marciais. De acordo com Pevis, o “Guri” é um meio para elas não se envolvam com a criminalidade e as drogas, trazendo-as para o convívio social e afastando-as da ociosidade. “O projeto contribui para a melhoria da qualidade de vida e para a ressocialização dessas crianças, oferecendo uma nova projeção de futuro”, conclui.

Alison Oliveira é um dos destaques do “Guri”. Com apenas 16 anos está muito empolgado com os treinos e não pretende parar até ser faixa preta. “Mostramos a eles as possibilidades de praticar um esporte e de ter uma nova perspectiva de vida, transformando e canalizando as energias desses jovens para o bem”, afirma Pevis, muito empolgado com os avanços do Alison.

Luiz Dorea, treinador de boxe e MMA de grandes atletas como Popó, Cigano, Minotauro e Anderson Silva também dedica grande parte da sua vida ao projeto Campeões da Vida, no bairro Cidade Nova, que já ajudou a mais de 5 mil jovens. Dorea começou no boxe com 14 anos, já era campeão brasileiro aos 18 e, quando seu treinador morreu, resolver criar uma academia para seu treino pessoal. Alunos foram aparecendo, o local foi ganhando notoriedade e assim surgiu a Academia Champion

Team. Entusiasmado com o crescimento do espaço ele foi, aos poucos, abandonando as competições e passou a pôr em prática um projeto antigo, que visa resgatar jovens das ruas, prover um ambiente seguro e oferecer algum rumo. “Daqui já saíram quatro campeões mundiais, Popó no boxe, Everton Lopes no boxe, Minotauro no MMA e Junior Cigano no MMA”, diz Dorea. “Nenhuma academia no mundo, modéstia à parte, consegue reunir tantos talentos. Temos aqui 20 atletas olímpicos” comenta, orgulhoso. Apesar da visibilidade e ótimo desenvolvimento do projeto, que deu notoriedade não só a Dorea e ao esporte, como também à Bahia, não recebe nenhuma ajuda governamental para se manter. Só alguns patrocínios aqui e ali.

A Champion Team tem aproximadamente 25 anos e grandes conquistas

Robson Almeida, 15 anos, é um dos alunos do projeto. Muito tímido, responde que as aulas mudaram sua vida: “Não fico mais na rua”, diz. Já Carla Freitas, lutadora de box há 16 anos, pioneira feminina no esporte na Bahia, sente orgulho do projeto e do esforço feito para mantê-lo. “Muita gente saiu das drogas e está aqui. É difícil [de] manter, hoje ainda temos alguns patrocínios, mas na dificulda-

de. Quero ser uma técnica, futuramente, quero ter um espaço e ele [Dorea] é meu exemplo”, afirma.

Não é esporte, diz deputado

José Mentor, deputado federal do PT por São Paulo, é o autor do projeto de lei 5534/09 que visa banir o esporte da TV, sob o argumento que o MMA incita à violência e exerce uma má influência nas crianças e adolescentes. Em entrevista ao portal iG após o incidente com a fratura do lutador Anderson Silva, o deputado atacou: “Ali ficou evidente a brutalidade dessa luta”. No seminário “O MMA e a televisão: entretenimento, formação da cidadania ou banalização da violência?”, na Câmara de Deputados, Mentor compara o MMA às bebidas e ao cigarro. “Da mesma forma como as restrições à propaganda de bebidas alcoólicas e fumo, também não pode ser considerada censura a proibição da propaganda da violência que [o MMA] causa na sociedade”, afirmou.

Em contraponto, Dorea defende o MMA como um esporte que preza pela disciplina. Um exemplo disso é a punição e desligamento de lutadores que contrariam o regulamento e se envolvem em brigas e outros incidentes. “O MMA é uma disputa de artes marciais. É o esporte do momento, com profissionais treinados para aquilo, boxe, muay thai e jiu jitsu, tem um regulamento e contagiou o mundo”, argumenta.



Materiais como luvas e protetores são doados por algumas instituições, mas não é sempre que o patrocínio vem

Secretaria Municipal de Saúde é acusada de racismo

Luamorena Leoni, médica da Unidade de Saúde da Família de Alto das Pombas, é afastada sem justificção

Bruna Castelo Branco

Laís Matos

A médica Luamorena Leoni Silva está processando a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) por racismo e assédio moral. O caso começou quando, em março passado, a SMS afirmou que recebeu denúncia de Rodrigo Alves da Silva, líder comunitário de Alto das Pombas, local onde Luamorena trabalha. Na suposta denúncia, Alves teria afirmado que a médica não tem o perfil para trabalhar com a comunidade de Alto das Pombas, pelo que a SMS decidiu a transferência da profissional para outro posto de saúde. “Quando alguém diz que você não tem o perfil para trabalhar em tal local, eu só posso entender como racismo, racismo institucional” diz a médica.

A questão começou a se complicar quando Rodrigo Alves desmentiu ter feito qualquer acusação. “O caso de Luamorena está tendo uma repercussão maior pelo fato dela ocupar uma posição social mais influente, mas também porque ela está conseguindo impor a sua voz e lutando”, afirma Alves, quem se diz injustiçado. “A imprensa, até agora, não procurou ouvir a minha versão”, reclama.

O caso tomou grandes proporções em Alto das Pombas, através da campanha Eu Apoio a Dra. Luamorena Leoni, que passou também para a internet. A SMS ainda não se manifestou em relação à negação de Rodrigo Alves. O caso continua em aberto, e a médica continua em seu posto na Unidade de Saúde da Família de Alto das Pombas.

O Jornal da Facom procurou a SMS, que não quis se manifestar sobre o caso, afirmando que já está sob a investigação da Secretaria Municipal de Reparação (Samur). A assessoria de imprensa da Samur disse que o caso ainda está sendo investigado e explicou que o grupo de combate ao racismo institucional da prefeitura está ouvindo os envolvidos para emitir um parecer.

Racismo institucional

O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), implementado em 2005, define o racismo institucional como o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discrimina-



Luamorena Leoni, médica da Unidade de Saúde da Família de Alto das Pombas

tórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, ignorância e pré-conceitos. O racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

“Não fui a primeira a passar por isso e sei que também não serei a última”

Ana Carla Farias, advogada da médica, diz que “Luamorena está batalhando para demitir aqueles que praticaram o ato discriminatório, ela foi vítima de racismo institucional por reivindicar contra uma gestão que funciona de maneira irregular. Em minha opinião, isso foi uma maneira dessa gestão de revidar a sua atitude”, afirma.

Médica, negra, militante

Luamorena se define como militante. “Sempre participei de movimentos políticos na universidade. Inclusive, fiz parte da greve dos estudantes de

2004 da UFBA. Quando entrei em Medicina foi pensando em ajudar comunidades carentes, prestar assistência a essas pessoas”, diz. A médica está fazendo residência em Medicina Familiar, e trabalha na Unidade de Saúde Familiar de Alto das Pombas desde 26 de novembro de 2012 e afirma ter uma relação boa com os moradores e funcionários. Desde que começou a trabalhar na unidade vem reclamando, junto a outros médicos, sobre as condições precárias do centro de saúde de Alto das Pombas. A unidade passou por uma reforma recentemente, mas ainda assim, alguns problemas persistem. “O espaço ainda é muito pequeno, os corredores são muito estreitos. Mas, o maior problema daqui é que falta água. Não se pode atender pacientes sem água”, conclui. Quando perguntada se acha que a SMS quer afastá-la por questões políticas, Luamorena opina que a questão é apenas racial. “Não fui a primeira a passar por isso, e sei que também não serei a última”, diz. Entidades prestaram apoio à médica, tal como o Sindicato dos Médicos da Bahia (Sindimed), o Conselho Regional de Medicina da Bahia (Cremeb-BA), a Faculdade de Medicina da Bahia da UFBA e a Marcha Mundial das Mulheres.

Foto: Bruna Castelo Branco | LabFoto

Política de animal e circo

“A gente não trabalha com bichinho preso, mas sim, com a fauna brasileira”, ressalta administrador do zoológico de Salvador

Debora Rezende
Lorena Morgana

No quintal do Governador, Alto de Ondina, o Parque Zoobotânico Getúlio Vargas (PZBGV) está aberto à visitação do público desde 1958. Com uma nova concepção de zoológico, o Parque tenta conscientizar os afeitos à exposição animal de que esses não são mercadorias na vitrine.

Com 250 mil m², sendo 3,6% aberto ao público e os outros 96,4% (ou 16 hectares) de Mata Atlântica isolada, o Zoológico de Salvador também propõe a valorização da fauna local. Há alguns anos, espécies como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), endêmico em toda América do Sul, e macaco-da-noite (*Aotus sp.*), encontrado no Panamá e Nordeste da Argentina, são expostos aos visitantes, que por vezes se decepcionam, na expectativa de encontrar leões e girafas, que tem como habitat natural as savanas africanas.

Esse imaginário se origina em um conceito de zoológico já ultrapassado. “A situação dos zoológicos no Brasil resulta de um processo histórico do que significa o zoo, e quais os propósitos dele desde a sua origem: mostrar ao colonizador europeu quais eram os animais e o que existia aqui”, explica a bióloga Rejâne Lira, pesquisadora do Núcleo de

Ofiologia e Animais Peçonhentos da Bahia (Noap), vinculada ao Instituto de Biologia da Ufba.

A expectativa do público ao visitar o zoológico é a de encontrar animais exóticos. Essa ideia, segundo a pesquisadora, pode ser explicada pelo costume circense que ainda é enraizado nos visitantes. Ainda segundo ela, espera-se ver o diferente, o extraordinário, o espetacular. Um desses exemplos é Mário Campos, que costuma levar o filho de seis anos ao Parque. “Meu filho sente falta do leão”, conta. E o leão na jaula? Do que sente falta?

“Todo sujeito que frequenta o Zoo está propício a adquirir novos conhecimentos”

Modernização

O Zoológico de Salvador passou a modernizar sua proposta há cerca de uma década. Segundo o coordenador geral do Parque, Gerson Norberto, a ideia é que se desmistifique o conceito de cativeiro, carregado de uma conotação negativa. “A gente não trabalha com bichinho preso, trabalhamos com a fauna brasileira”, frisa.

Uma discussão mais recente passou a questionar a razão pela qual os animais são mantidos nos zoológicos, e considerar a sua importância, na verdade, para a perpetuação das espécies. “Verificou-se que vários animais tinham sumido da natureza, e eles só existiam em alguns zoológicos do mundo”, relata Norberto.

Um estudo para a preservação de espécies ameaçadas de extinção em zoológicos do Rio de Janeiro assegurou a reprodução do mico-leão-dourado, primata brasileiro que vinha sendo classificado como em perigo desde o começo do século. Segundo Norberto, graças aos estudos, a população do primata liberado hoje é bastante significativa. “Você não tem mais onde soltar mico-leão”, brinca.

Bonitinho, mas ordinário

Ante a proposta de valorizar a fauna local e questionar a mera exposição dos animais, o zoológico se depara com problemas de infraestrutura. Quem o visita convive com vias esburacadas, recintos de animais desgastados, falta de sinalização e acessibilidade precária; há uma única rampa de acesso para deficientes na entrada do espaço.



Resquícios das obras ainda podem ser vistos no Zoológico de Salvador

Ricardo Santos, que levou o filho de três anos ao Parque, critica a deterioração do zoo. "O espaço é bom e amplo, só está mal cuidado. Dá pra ver claramente que a administração do governo não está legal", disse.

Gerson Norberto trabalha no zoológico desde 1992, e também é o representante da Secretaria de Meio Ambiente no local. Ele detalha que não há orçamento fixo para o zoológico, mas que para a sua manutenção são gastos R\$ 280.000,00 anualmente, verba advinda do Governo do Estado da Bahia. Entretanto, os trâmites legais atrasam ao repasse do dinheiro.

Do portfólio com 36 projetos de intervenção para o parque só três foram realizados. Dentre eles, o aviário, o recinto dos felinos e o espaço dos grandes primatas - dividindo-os entre os grandes e os pequenos. "O parque hoje é 100% pensado; se você me indicar um lugar no mapa, eu digo que tipo de projeto pretendemos realizar ali", garante o representante.

"O espaço é bom e amplo, só está mal cuidado. Dá pra ver claramente que a administração do governo não está legal"

Relevância nacional

Com cerca de 1.600 animais de 154 espécies, o Zoológico de Salvador é um dos trinta zoológicos do país registrado pelo IBAMA. Seu trabalho com a fauna local é reconhecido pela Sociedade de Zoológicos do Brasil (SZB). Cerca de 23% das suas espé-

cies estão ameaçadas de extinção. Segundo Yara Barros, presidente da SZB e diretora técnica do Parque das Aves Foz do Iguaçu (Paraná), todos os bons zoológicos são importantes. "Na região Nordeste existem 10 zoos, e o de Salvador é o único na Bahia, então representa a oportunidade para pessoas da região entrar em contato com os animais", explica.

Filiado à SZB desde 1998, o Zoológico de Salvador não cobra entrada de seus visitantes. No país, 50% dos zoológicos são municipais, e destes, 82% não podem cobrar ingresso. Para Rejane Lira, pesquisadora do Instituto de Biologia da Ufba, a bilheteria aberta representa uma via de mão dupla. "De um lado, democratiza o acesso aos zoológicos, de outro, os recursos que financiam o zoológico passam a depender exclusivamente da verba pública", pontua.

A administração do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas é favorável à cobrança de ingressos porque a coleta de um valor simbólico - cogita-se R\$ 3 - seria importante para manter o espaço e educar os visitantes. Dentre os principais zoos do país está a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, onde o ingresso custa a partir de R\$ 19,00. Já o Gramado Zoo, no Rio Grande do Sul, com proposta semelhante ao Zoológico de Salvador, chega a cobrar R\$ 38,00 de seus visitantes.

Educação

Enquanto espaço de fomento à pesquisa e produção científica, o PZBGV atua com a reprodução de animais ameaçados de extinção e a sua devolução à natureza. Hoje há uma parceria firmada com

a UFBA, integrando alunos dos cursos de medicina veterinária, biologia e pedagogia, que também realizam estágios ali.

O espaço também realiza pesquisas sobre a vida animal, seu desenvolvimento e preservação. Além disso, há estudos de nutrição e comportamento animal, reprodução e genética. A ideia é que o espaço se torne, cada vez mais, referência em pesquisa científica e, não apenas como uma fonte de lazer.

O último voo do flamingo

No passado, quando os zoológicos ainda não existiam, governantes de todo o mundo se presentearam com animais oriundos da fauna de seus respectivos países. Era bastante comum que os presenteados exibissem suas dádivas à população. Esses presentes foram se acumulando de tal forma e sua exibição tornou-se algo tão interessante ao gosto do público, que a prática de exibi-los para a apreciação popular começou a se consolidar.

Com o passar do tempo, essa prática precisou ser regulamentada para assegurar a segurança e o bem-estar dos animais. Assim, era possível que os animais fossem mantidos em recintos específicos, o que posteriormente evoluiu para o zoológico que conhecemos hoje.

O último resquício dessa prática foi o presente recebido pelo finado Governador Antônio Carlos Magalhães - flamingos enviados de Cuba pelo então presidente do país, Fidel Castro.



Espaço do zoológico carece de reformas

Foto: Ananda Ikishima | LabFoto

Rogai pelas babás

Trabalhadoras contam sua rotina e conflitos para cuidar de crianças que não são suas

Vitória Régia
Caio Cruz

O trabalho das babás remonta ao papel das amas de leite do Brasil colonial e imperial (1500-1889). Geralmente escravas com filhos, essas mulheres faziam parte da dinâmica familiar abastada, pois amamentavam as crianças nascidas nos engenhos e fazendas quando as suas mães não podiam. Hoje, cada vez mais senhoras de si, e com direitos assegurados em lei, algumas babás conversam sobre os desafios inerentes do protagonismo no lar alheio.

Meire Oliveira, 35 anos, cuida de um menino de 1 ano e 6 meses de idade, que praticamente viu nascer. Ela acompanha o dormir e despertar do garoto, enquanto seus pais estão fora. “É a oportunidade de dar amor a uma criança que não pode estar sendo cuidada (o tempo inteiro) pelos pais”, afirma. Se deixasse de ser babá, conta que trabalharia em uma creche. “Sou louca por crianças”, enfatiza.

Apenas duas casas após a que Meire trabalha, encontra-se Joseneide dos Santos, 25. Ela tem a função de cuidar de dois irmãos. O mais novo é bastante apegado à babá e chora quando Neide deixa a casa. “Gosto muito do que faço, mas toda criança tem seu lado bom e seu lado de birra, então tem que ter paciência”, brinca.

A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), que surge como uma asso-

“O lado positivo de ser babá é cuidar das crianças. O negativo são as pessoas que vem junto”

ciação de 26 sindicatos de diferentes estados e representa cerca de oito milhões de brasileiros – as mulheres são 95% desse grupo - mensura que a maioria das domésticas seja negra. Em Salvador, estima-se que 22% da população feminina negra exerce essa função.

Incluídas na categoria de trabalhadoras domésticas, as babás exercem a função de zelar pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer de crianças, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Visando melhor qualificação profissional e um incremento no salário, algumas também têm

buscado cursos para prestar serviços especializados.

A babá Delza de Jesus, 60, se qualificou como auxiliar de enfermagem. “O curso dá uma segurança maior no cuidado com o bebê e aumenta nosso salário”, explica. No caso das trabalhadoras com algum título, o salário pode chegar a R\$1.600. Mas de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia (Sidoméstico), a remuneração geralmente não passa de R\$724, mínimo estabelecido em lei.

Percalços

A atual presidenta da Fenatrad, Creuza Maria Oliveira, começou a trabalhar como babá antes dos dez anos de idade. A sua mãe a deixou em uma

casa, sob a promessa da patroa de que iria estudar e fazer alguns serviços domésticos. Aos 55 anos, lembra da promessa não cumprida de ir à escola, sobretudo, dos abusos e assédios que à época não reconhecia ou tinha coragem de contar para a mãe. “Eu carregava uma menina de mais de um ano. Era uma criança cuidando de outra. E quando eu a deixava no chão, e ela chorava, a patroa me batia e me agredia verbalmente”, lembra.

O Ministério Público do Trabalho reconhece o trabalho infantil doméstico como um dos mais cruéis. Mas por ocorrer dentro do lar, limiar da Constituição, reconhecer essas ações é praticamente impossível, o que faz com que muitas crianças continuem a trabalhar ilegalmente dentro de muitos lares. Ao mesmo tempo, muitas crianças temem



Delza procurou se aperfeiçoar com cursos especializantes para aumentar o salário



Foto: Adele Audisio | LabFoto

retornar para aos seus lares, onde quase sempre a sobrevivência é precária.

Enquanto muitas babás refletem sobre o lado bom da profissão – quase sempre atribuído ao contato com crianças – há quem reconheça o ônus do ofício. “O lado positivo de ser babá é cuidar das crianças. O negativo são as pessoas que vem junto”, afirma Luzia, mãe de um casal de adolescentes e de dois gêmeos com dois anos.

“Apesar de acharem que não geramos lucro para os patrões, geramos bem estar, cuidamos dos filhos deles. Isso não significa nada?”

Ela trabalha como babá há vinte anos, mas ainda incomoda-se ao deixar seus filhos pequenos em casa. “Você fica pensando nos seus que estão longe, enquanto está dando atenção para outros”, desabafa. Além disso, exemplifica as situações que considera constrangedoras. “O casal brigando na

minha frente, contando as intimidades. Às vezes tento até dar um conselho, mas é muito difícil um patrão ou a patroa nos ouvir; a maioria nos trata com indiferença”, completa.

O Sindoméstico registra as denúncias de agressão verbal, assédio moral e racismo contra as trabalhadoras. O Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo, agência pública de emprego que também registra queixas, orienta, no caso das diaristas, que qualquer constrangimento seja relatado ao respectivo setor social, responsável por intermediar conflitos entre patrões e trabalhadores. Caso a diarista não queira mais trabalhar na casa onde foi constrangida, poderá bloquear o cliente no sistema de agendamento de diárias. De acordo com a entidade, da parte dos patrões as queixas geralmente são motivadas pela qualidade ruim do serviço ou por suspeita de furtos. “Mas em quase todos os casos, os patrões nos ligaram para dizer que haviam achado o objeto”, esclarece Niedja Cruz, coordenadora do programa em Salvador.

A declaração de Niedja, à luz dos casos de flagrantes criminosos envolvendo domésticas – geralmente noticiados pela imprensa – indicam que

sempre há provas contra as babás, mas nunca contra os patrões. Dentre as consequências está o abalo na autoestima dessas trabalhadoras e em seu valor no mercado de trabalho.

E com a PEC?

A Proposta de Emenda Constitucional nº 72, promulgada em abril de 2013, foi considerada um grande avanço para a categoria das trabalhadoras domésticas. Conhecida como PEC das Domésticas, o texto determina o cumprimento de alguns direitos já assegurados a outros profissionais. A emenda estabelece uma carga horária máxima de oito horas por dia e quarenta e quatro horas semanais, salário mínimo fixado em lei, décimo terceiro, licença-maternidade e paternidade, repouso semanal remunerado, aposentadoria, horas extras remuneradas sendo no máximo duas horas por dia e adicional noturno. Apesar de todos esses direitos já estarem valendo, alguns itens seguem sem regulamentação. O processo está estagnado em análise na Câmara dos Deputados.

Os direitos dos trabalhadores que seguem sem obrigatoriedade, por não terem sido regulamenta-



Foto: Adele Audisio | LabFoto

Luzia deixa os filhos com parentes para cuidar de uma bebê de 10 meses



Foto: Adele Audisio | LabFoto

dos, referem-se aos percentuais de multa em caso de despedida sem justa causa, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), salário-família, auxílio-creche, seguro contra acidentes de trabalho e intervalo de horário de almoço.

A presidenta da Fenatrad elogia a aprovação da emenda, mas faz ressalvas. “Na Constituição de 1988 conseguimos mais direitos do que agora com a PEC. O tiro no pé começou com a Comissão Mista da Câmara dos Deputados querendo obrigar a criação de um banco de horas e retrocedendo no que tínhamos avançado”, sublinha.

No Brasil, não existe uma regulamentação específica para a profissão de babás. A PEC se refere a todas as profissões inseridas na categoria de trabalhadores domésticos, mesmo que as babás tenham uma responsabilidade maior por estarem cuidando de outras vidas, algo bem mais delicado do que fazer faxina.

Apesar da importância de conhecerem seus próprios direitos, as babás Meire e Luzia reconhecem que não se interessam pelo assunto. “Eu recebo tudo certinho, ouço as colegas falando, mas

eu não quero saber”, admite uma delas. No caso de Neide, assim que a PEC foi promulgada, a sua patroa dialogou sobre todos os direitos. “Recebo minhas horas extras. E mesmo dormindo na casa da família, quando dá meu horário, não realizo mais nenhuma função. Eu sei que tive sorte, porque até plano de saúde eles pagam para mim”, celebra.

Organizadas sim, senhor!

Laudelina de Campos Melo foi a fundadora da primeira associação de empregadas domésticas do país, em 1936. Integrante do movimento que lutava pelos direitos da população negra, chegou a se encontrar com o presidente Getúlio Vargas para pedir que a categoria fosse reconhecida como profissão. Em 1972, o resultado foi a publicação da Lei nº 5.859, que reconheceu o trabalho doméstico como função e estabeleceu a assinatura da carteira de trabalho.

“Somos uma das poucas categorias organizadas há 78 anos no Brasil, e a que menos direitos tem. É urgente essa equiparação”, pede Creuza Oliveira que luta em favor da categoria há mais de dez anos. Para ela, o Brasil ainda possui uma mentalidade escravista, que precisa ser mudada. Destaca ainda que é

equivocado afirmar que as domésticas não geram lucro para os patrões. “Geramos bem estar, cuidamos dos filhos deles e isso não significa nada?”, indaga.

Órgãos na Bahia que ajudam trabalhadoras com orientações legais e denúncias:

- Sindoméstico: orienta sobre direitos trabalhistas e indica locais apropriados para receberem denúncias. Fica localizado na Avenida Vasco da Gama e funciona de segunda a sexta-feira, das 12 às 17 horas.
- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia (SRTE-BA): oferece plantão de orientação sobre questões trabalhistas de segunda a sexta-feira das 07h às 17h e fica localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 698, Mercês.
- Ministério Público do Trabalho (MPT-BA): aceita denúncias contra trabalho infantil doméstico e trabalho escravo. O órgão atende das 12h30 às 18h30 e fica localizado na Av. Sete de Setembro, nº 308, Corredor da Vitória.

O Barbeiro de Medicina

Conhecido por toda a comunidade da Faculdade de Medicina da UFBA, Seo Bina é referência histórica da instituição

Analú Ribeiro
Eduardo Bittencourt

Já passava das 14 horas quando adentramos o estacionamento da Faculdade de Medicina da UFBA (Fameb), no Canela. Logo em frente, um senhor, acompanhado por um porteiro da instituição e um aluno, podia ser visto. O mais idoso era o histórico Seo Bina, barbeiro da faculdade desde os tempos da ditadura militar. “Todo mundo é meu amigo. Quem quiser que mexa comigo”, avisa.

Seo Bina é a alcunha de Pedro Benedito do São José. Filho de Santo Amaro da Purificação, se assentou em terras soteropolitanas cansado da vida no interior. Na Fameb, começou em 1962, a convite do amigo Lino Silva, que o avisou da vaga na cadeira de metal enferrujada com assento em couro vermelho, onde hoje atende seus clientes.

O psiquiatra e professor da faculdade, Ronaldo Jacobina, é uma das pessoas mais próximas ao barbeiro. Conheceu o guardião perpétuo da instituição desde a sua época de estudante de Medicina, na década de 70. “O prédio não é só a parede, são as pessoas. Seo Bina é um monumento vivo, ele evoca um passado”, reflete.

Para o estudante Mauro Tupiniquim, do 8º semestre, Seo Bina é um humanizador. “Ele lembra a gente, a simplicidade”.

“Seo Bina é um monumento vivo, ele evoca um passado”

No Terreiro

Do chão do edifício laranja e branco no Terreiro de Jesus, antiga sede da Fameb e berço da Medicina no Brasil, já foram varridos maços de cabelo cortados por Seo Bina. Ali, as paredes testemunharam um episódio em que o negro, sempre em vestes gastas – guarda-pó branco, calça social coronha e sandálias havaianas-, se tornou cuidador e zelador oficial dos alunos.

A história de Bina no Terreiro de Jesus teve como ponto central a ditadura militar, por ajudar estudantes nessa época de grande censura e perseguição. “Eu dizia para os meninos: cuidado que tem espião aí dentro (da universidade)”, lembra. Certa vez escondeu, no interior de sua barbearia,



Foto: Shai Andrade | LabFoto

um grupo que fugia dos militares. Sagaz à época, lembra a rota dentro do prédio, que dava no Comércio, por onde os alunos passavam na iminência de embates com as tropas.

“Ele é quase um paizão dos estudantes; representa o afeto com as pessoas, o cuidado”

De uns tempos pra cá...

A diferença daquela época é justamente o fervor dos estudantes que, segundo Seo Bina, eram revolucionários. “Hoje os alunos estão mais acomodados, não vão mais às ruas para lutarem por seus direitos”, critica. Mesmo sendo ele categórico sobre que “hoje em dia as manifestações tendem a não levar a lugar a algum”, a permanência do barbeiro na Fameb é, curiosamente, a consequência de um protesto de estudantes e professores, transcorrido em 2011. Isso, depois que o arquiteto responsável pela reforma do prédio de tijolos aparentes e sem reboco, atual sede da faculdade no Vale da Canela, disse em palavras cruas: “Tira-se o barbeiro”.

Barbeiro ou cirurgião?

Seo Bina é apenas barbeiro. Nunca se graduou. Mas a sua figura, dentro de instituição de ensino de Medicina, se confunde com o a do antigo “cirurgião-barbeiro”, personagem que surgiu no século VI. Nessa época, determinações eclesíásticas proibiram as práticas cirúrgicas na Europa. E já que o barbeiro cortava barba, cabelo e unha – além da falta de médicos – também realizava pequenas cirurgias, como a amputação de membros com necrose, sem qualquer cuidado adicional ou vínculos éticos.

“Enquanto os professores nas faculdades de Medicina ficavam explanando sobre autores como Galeno, eram os cirurgiões-barbeiros os responsáveis pelas partes práticas das aulas. Enquanto os professores explicavam os assuntos, eles quem cortavam os corpos, por exemplo”, explica o professor Ronaldo Jacobina, pesquisador da história da Medicina baiana e do ensino médico na Bahia.

Era comum a morte de pacientes por conta de complicações da cirurgia. A prática dos cirurgiões-barbeiros, então, ficou associada, nas comunidades da época, às práticas de maus tratos. Ainda segundo Jacobina, a parte prática da Medicina era algo inferior. “Na Idade Média, por conta do cristianismo, tocar em corpos era considerado uma prática inferior”, situa. Habilitado a realizar apenas cirurgia, cabia aos físicos, diplomados ou licenciados, a realizar os demais procedimentos clínicos.

“Tínhamos a ideia de ter um espaço para Seo Bina, por que ele faz parte do patrimônio humano da universidade. E a administração central da UFBA não queria deixá-lo nesse local. Alegaram ser um espaço público”, conta Mauro Tupiniquim, 23, que fez parte do Diretório Acadêmico no período da reforma. Hoje, a permanência do barbeiro é tácita, já que a universidade não o reconhece oficialmente como parte da instituição. “Ele vai ficar aí o quanto ele quiser”, reforça professor Ronaldo Jacobina.

Outros colegas de Seo Bina, que assim como ele eram barbeiros na universidade, foram incorporados ao quadro de funcionários. Nenhum responsável da UFBA soube informar sobre o assunto. Na Fameb, a diretoria não foi localizada para comentar a existência do barbeiro. Hoje, a sua barbearia está localizada precisamente no térreo da Fameb, na Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº, Vale do Canela. O corte do cabelo custa R\$5 e a barba, R\$3. O estabelecimento funciona de segunda à sexta, das 08h às 18h.



O instrumento histórico da barbearia que perdura desde a ditadura

Foto: Shai Andrade | LabFoto

1968: a Bienal que durou 46 anos

Após 45 anos silenciada pela Ditadura, a Bienal de Artes da Bahia retorna em sua 3ª edição para reafirmar sua memória e seguir a sua história

Gustavo Salgado
Matheus Vianna

A 3ª Bienal da Bahia acontecerá oficialmente de 29 de maio a 7 de setembro de 2014, em 10 cidades do estado, incluindo Salvador. O evento está em discussão desde março de 2013, através de encontros e palestras organizados pelo Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-BA), para debater modelos de bienais do Brasil e do mundo, e escolher um que seja mais adequado ao cenário baiano. A Bienal propõe residências artísticas para artistas convidados durante o período, exposições e palestras, cursos livres organizados em conjunto com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), além da criação do Museu Imaginário do Nordeste, que reunirá objetos, arquivos pessoais e quaisquer tipos de obras ligadas ao Nordeste, seguindo o tema principal do evento, “É tudo Nordeste?”. Diferentemente da Bienal de São Paulo, que tem o Pavilhão da Bienal do Parque Ibirapuera, a versão baiana acontecerá em vários espaços das cidades escolhidas, como museus, bibliotecas, fundações culturais e universidades.

Uma das curadoras do evento, Alejandra Muñoz, considera que a Bienal “surgiu em 1966 como afirmação do cenário artístico local em diálogo com a produção nacional” e esta terceira versão constitui “o resgate necessário de um momento de encontro e discussão artística que foi abruptamente interrompido em 1968, quando se realizava a segunda edição”.

“Uma cidade não pode esquecer dois edifícios públicos que ainda hoje são considerados um luxo intelectual: o Museu e a Biblioteca”, defendeu a arquiteta Lina Bo Bardi durante sua vida. A italiana, cuja mais célebre obra é o Museu de Arte de São Paulo (MASP), projetou também a recuperação do Solar do Unhão, conjunto que abriga o MAM da Bahia, do qual foi diretora até ser demitida pelo golpe militar de 64.

Hoje, o Museu-Escola Lina Bo Bardi, com sede no MAM, dá continuidade às ideias de Lina acerca da inclusão social por meio da arte e da educação. Seguindo essa filosofia, o Museu-Escola realizou o Curso de Formação de Mediadores para a 3ª Bienal da Bahia, destinado a estudantes e profissionais de arte e áreas afins e sob a coordenação de Mariela Brazón, docente da Escola de Belas Artes da UFBA.

Exposições e eventos no MAM, debates públicos acerca da Bienal da Bahia (que acontecem desde a institucionalização de seu retorno, em março de 2013) e o curso de mediadores culturais sinalizam que a Bienal já estava, de fato, acontecendo, antes de ser oficialmente inaugurada.

Memória e crença na palavra

Através do que ela chama de “uma arqueologia da memória” – temática recorrente nas discussões e reflexões da Bienal –, Ana Pato, curadora-chefe da 3ª Bienal, desenvolveu uma pesquisa para a recuperação da memória artística e sociopolítica baiana, no que se refere às participações do estado em eventos de arte. “Recordar é evocar”, afirma, refletindo sobre as dificuldades de acesso aos documentos históricos do acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, muitos deles em situação de degradação.

Juraci Dórea, integrante do quadro de artistas do evento e responsável pela identidade visual da 3ª Bienal, aponta a importância da memória como patrimônio, que no Brasil, “a gente perde com muita facilidade”. Outro artista participante, Gaio Matos considera necessária a reconstrução de um olhar sobre o Nordeste para além do espaço editado e racionalizado. “É tudo Nordeste? Não sei, é tudo processo. A arte hoje em dia não elabora só produtos, produz pensamentos”.

Em meio à Copa do Mundo, a Bienal da Bahia ressurgiu após 46 anos de espera. Coincidência? Talvez. Como diz Marcelo Rezende, “a Bienal, a própria Arte, exige uma fé”.

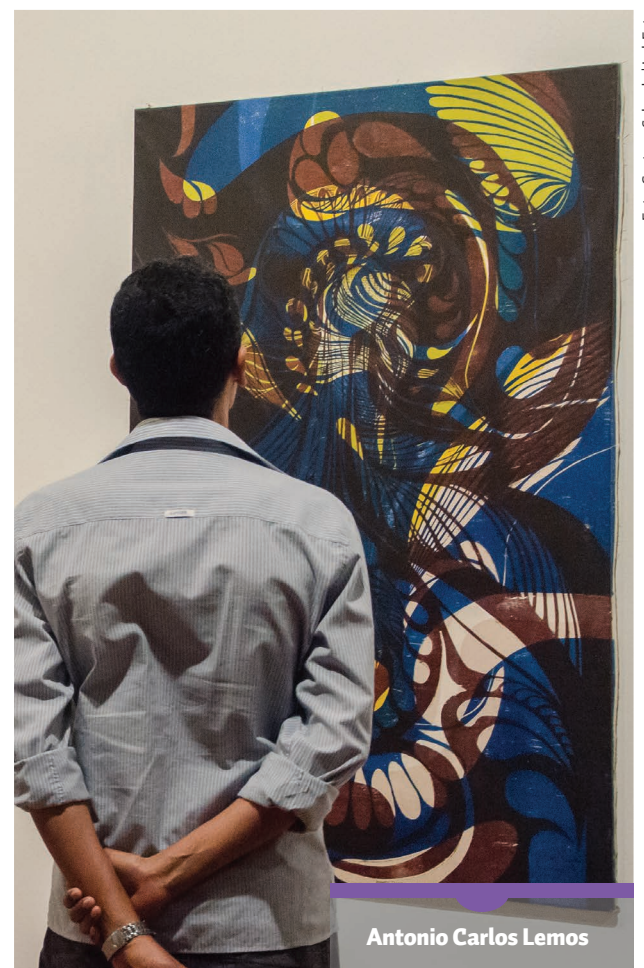


Foto Gustavo Salgado | LabFoto

A arte é acessível

O projeto Perspectivas em Movimento propõe a arte como forma de diminuir as diferenças

Clara Rellstab
Júlia Sarmento

Um passo para cá, outro para lá, uma bola vermelha no nariz e muitos sorrisos espalhados pela sala. É assim que ficam os alunos do projeto Perspectivas em Movimento – A reinvenção da diferença durante a realização das oficinas. Idealizado pela dançarina Ninfa Cunha e a psicóloga Ana Rita Ferraz, o projeto une artes com educação social. As segundas, quartas e sextas-feiras, de março a maio, as salas de ensaio do Espaço Xisto Bahia, da Secretaria de Cultura do Estado, ficam ocupadas pelos alunos das turmas de teatro, dança e palhaço, que utilizam a arte como o ponto de união entre pessoas com e sem deficiências.

O projeto, apoiado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) acontece no Xisto Bahia desde 2010, por este ser o único espaço cultural público adaptado para receber pessoas com deficiência em Salvador. Apesar de ser o mais adequado às normas de acessibilidade, o espaço não é totalmente acessível. A rampa e o corrimão que dão acesso às salas de ensaio não conseguem suprir todas as necessidades de uma pessoa com deficiência.

As oficinas de dança, palhaço e teatro são oferecidas para pessoas com qualquer tipo de deficiência e seus familiares, mas pessoas interessadas no tema que não apresentam deficiência alguma também podem participar. “Eu já participo desde o ano passado, e sinto que o que faço aqui me liberta”, diz a palhaça Atchim, que preferiu dizer seu nome artístico ao de nascimento.

Ninfa, coordenadora artística do projeto, usa cadeira de rodas desde que nasceu. Seu primeiro contato com a dança foi no hospital Sarah Kubitschek quando, aos 30 anos, começou a praticar a atividade com fins terapêuticos para ajudar na regulação do diabetes. Após esse primeiro contato, Ninfa não conseguiu parar de dançar. Seus amigos relatam que quando ela dança com Deo, seu parceiro, é como se não existisse mais a cadeira de rodas, pois somente o ato de dançar importa naquele momento.

O projeto foi criado inicialmente com o objetivo de atender somente pessoas com deficiências físicas e visuais. Entretanto, devido a sugestões de centros especializados na área, como o Centro Pestalozzi de Reabilitação, o Perspectivas ampliou sua

proposta e hoje atende a pessoas com qualquer tipo de deficiência, postando na integração.

Aulas com turmas mistas

O diferencial do Perspectivas em Movimento são as turmas mistas, que colocam em contato alunos com deficiência com aqueles que não apresentam deficiência, propondo um encontro das diferenças.

“No ano de 2010 recebemos auxílio de profissionais especializados no tratamento de pessoas com deficiência para nos ajudar a lidar com os alunos e professores da rede pública que queriam se capacitar” relata Ferraz. “Porém, percebemos que existia uma dificuldade muito grande relacionado ao modo de lidar com o diferente. Nem os profissionais especializados dominavam o conhecimento sobre como se relacionar com as pessoas com deficiência”, destaca a coordenadora educacional do projeto, ao explicar a importância das turmas mistas.

As oficinas iniciadas em setembro do ano passado, finalizam em maio com a realização de um espetáculo cujo tema homenageia os 100 anos de Dorival Caymmi. Reunidos em círculo, sentados em um tablado de madeira, a turma de palhaço ministrada pelo professor João Lima discute ideias sobre o evento. Em uma turma de pessoas com deficiências, idades e características diversas, pode ser difícil chegar a uma conclusão, mas nada que uma aula de palhaço não consiga resolver com muito bom humor.

A aluna Martha Böker, também professora de teatro, acrobacias em tecido e alongamento para pessoas com deficiência, diz que estar em uma turma mista é aprender a lidar com pessoas muito especiais. “É uma forma diferente de conduzir e percebo que nem todos, professores e alunos, estão plenamente preparados para lidar com a diferença”, conta.

Uma senhora muito simpática, que faz parte da turma de dança, é a Dona Geo, 63, que é cega. Professora de Braille – sistema de leitura e escrita para pessoas cegas-, costuma fazer palestras sobre seu trabalho. Além disso, ela aproveita para dividir seus conhecimentos com os outros. “Podemos marcar um encontro para que eu possa mostrar as letras do alfabeto em Braille para vocês”, nos convida, entusiasmada. “Para mim é uma enorme satisfação e alegria dividir com o outro aquilo que sei”, diz ela para os colegas durante a aula de dança.

Acessibilidade nos espaços culturais

Outro ponto importante dessa edição do Perspectivas em Movimento é discutir a acessibilidade como um conceito mais amplo do que uma questão de infraestrutura. O que o projeto propõe é discutir sobre a acessibilidade para espaços e equipamentos culturais da cidade. “Os espaços culturais de Salvador não tem acesso para deficientes, o único teatro que tem acessibilidade é este aqui, o Xisto. Se a Direção [do espaço] me disser que não tem disponibilidade eu não sei aonde realizar o Perspectivas”, reclama Ninfa.

Além das oficinas, o projeto realizou a palestra “Panorama da arte, legislação e da educação da pessoa com deficiência”, a fim de discutir princípios de acessibilidade que resultem na participação e no acesso aos bens culturais de pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência. Essa palestra faz parte da programação dos Encontros de Gestores da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), que aconteceu em abril deste ano na sala principal do Espaço Xisto.



Os alunos de palhaço ensaiam para o espetáculo final em homenagem aos 100 anos de Dorival Caymmi

Foto: Bruno Santos | LabFoto

Apenas online

No Brasil, mercado de audiolivros é forte no setor virtual

Analú Ribeiro

Eduardo Bittencourt

Matheus Vianna

***Colaborou com a matéria Júlia Sarmento**

O acesso à leitura e a informação é direito de qualquer indivíduo, seja ele deficiente ou não, segundo o parágrafo XIV do art. 5º da Constituição Brasileira. Pensar em acessibilidade e não pensar em formas de se permitir que pessoas com deficiência de qualquer gênero possam ter igual acesso à leitura seria uma forma superficial de se tratar o assunto, uma vez que cerca de 88,2 milhões da população possuem esse hábito, segundo dados de pesquisa encomendada pela Fundação Pró-Livro. Garantir a acessibilidade na área da literatura é mais que um direito do cidadão. É um dever do Estado. Uma forma de garantir essa igualdade no setor literário é investir em livros em forma de áudio, os audiolivros ou audiobooks.

A história dos audiolivros começa com o fim da Primeira Guerra Mundial, quando surgiram gravações de obras literárias e teatrais para garantir o entretenimento de soldados que haviam perdido a visão. Apesar disso, esse formato só vai se popularizar na década de 80, nos Estados Unidos e na década de 90, na Europa. No Brasil, o audiolivro é predominantemente visto como uma forma de auxílio literário para deficientes visuais e seu mercado encontra-se ainda bastante incipiente.

Na Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia ainda não existe nenhuma coleção de audiolivro. Segundo Luiza Barbosa, 50, Coordenadora de Departamento de Formação e Desenvolvimento de Coleções, o orçamento destinado ao sistema de bibliotecas da universidade é praticamente todo voltado a cumprir toda a bibliografia básica dos cursos. “Nós começamos agora a criar coleções de livros eletrônicos e os audiolivros são coleções mais especiais ainda”, afirma. “É preciso ter um projeto, uma demanda, que utilize recurso à parte e por enquanto não recebemos nenhuma demanda do tipo”. No total do Sistema de Bibliotecas da UFBA são 888 mil exemplares de livros, porém nenhum livro falado, restringindo o acesso de deficientes visuais a esse importante componente da vida universitária. Já na Biblioteca Pública Central da Bahia, no bairro dos Barris, maior biblioteca pública do estado da Bahia, que conta com 120 mil livros em seu acervo, ainda não há disponíveis livros no formato de áudio livros. O setor de Braille da biblioteca conta apenas com algumas audiodescrições de filmes e não existe nenhum projeto para a aquisição de audiolivros.

O Instituto dos Cegos da Bahia, localizado no bairro do Barbalho, possui uma biblioteca com um acervo de 80 audiolivros, com obras da literatura nacional, internacional e infanto-juvenil. O instituto recebe esses livros falados por meio de doações provenientes da Fundação Bradesco e, principalmente, do Instituto Dorina Novil, com sede em São Paulo. Entretanto, esses audiobooks só estão disponíveis para os alunos devidamente matriculados no Instituto, o que dificulta sua acessibilidade para os cegos baianos.

Enquanto isso, nas livrarias, o cenário também é ruim para o público de audiobooks. A Livraria Saraiva, que contava com uma prateleira desse tipo de livro, agora tem seu acervo reduzido a três números na filial do Shopping Barra, uma vez que a demanda é muito baixa e a livraria passou a diminuir as aquisições desses livros. A expectativa é que a Saraiva não renove suas aquisições, vendendo apenas o que ainda tem em estoque. Além da Saraiva, a livraria Nobel do Shopping Paralela, em nota, afirmou ter pouquíssimos exemplares, sendo que a média de vendas é um exemplar por mês.

Disponível para Download

Com as dificuldades em se achar coleção de audiobook nas livrarias e bibliotecas, a internet se mostra como um mercado alternativo para aqueles que estão em busca desse produto. O Blog Ebooks Grátis já possui uma categoria destinada apenas para downloads gratuitos de audiolivros. O blog se apresenta com fins estritamente culturais, ou seja, sem quaisquer fins lucrativos e completa que todas as obras disponíveis possuem direitos autorais livres ou estão esgotados há muito tempo. A equipe afirma ainda que as obras que possuem direitos autorais não são disponibilizadas na íntegra, sendo apenas uma amostra com o objetivo de divulgação. Outro site que possui acervo de audiobooks disponíveis para download é o Tudo de Bom em Audiobook. O site ainda conta com a possibilidade de doação de vozes e um tutorial ensinando a fazer um audiolivro.

Entretanto, há ainda certa dificuldade em se encontrar obras com direitos autorais para downloads gratuitos. Uma solução para esse problema, é a compra de audiolivro por meio de sites de vendas literárias. O site Livraria Falada possui um grande acervo de audiobooks disponíveis para compra dos mais variados setores literários, como religião, direito, ficção e autoajuda. Já o site Submarino, possui à venda quase 400 títulos no formato de livros falados. Apesar das dificuldades em se

encontrar esse formato de livro nas livrarias físicas, o site da Livraria Saraiva possui 632 títulos de livros em formato de áudio disponíveis para compra. No site da Livraria Cultura, o acervo é ainda mais amplo: são 2.667 audiolivros disponíveis, entre títulos nacionais e internacionais.

Na contramão do mercado

Apesar dos audiolivros não estarem fortalecidos no mercado soteropolitano, há pesquisadores empenhados em trabalhar com esse formato literário. Coordenado pela professora Silvia Maria Guerra Anastácio, o PRO.SOM (Tradução, processo de criação e mídias sonoras) é um grupo de pesquisa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia que tem como objetivos centrais a gravação, tradução e adaptação de obras literárias para o formato de audiolivros, tendo os deficientes visuais como público central. A prioridade do grupo é produzir livros falados de obras com idiomas estrangeiros, para que se possa realizar a tradução.

“Em 2006 tive um problema na retina e isso me impossibilitou de fazer atividades como ler ou assistir. A solução encontrada por meu filho foi baixar audiolivros para que eu pudesse ouvi-los”. Diante dessa situação, ao voltar a lecionar em 2008, a professora Silvia resolveu criar o Pro.Som. Hoje, o grupo conta com 06 bolsistas e ainda carece por falta de recursos.

Dentre as obras realizadas, o Pro.Som produziu até hoje dois audiolivros, o conto Na Vila, de Elisabeth Bishop e o Caminho para Meca, de Athol Fugard. Ainda há seis livros que já estão traduzidos e só faltam ficar prontos. A professora garante que sairão ainda esse ano. Raquel Borges, 27, monitora do grupo, conta que as publicações feitas têm uma porcentagem destinada aos deficientes visuais de todo o país. “Toda vez que nós fazemos audiolivro, temos uma cota que é enviada para os Institutos de Cegos e bibliotecas de diversas partes do Brasil”. O PRO.SOM já dispõe de um estúdio próprio que facilita o processo de gravação. Quanto aos atores que colaboram com o projeto, já que os livros são gravados, em sua maioria, em uma versão dramatizada, Raquel revela que o grupo tem uma parceria com a escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia. “Muitos atores gravam para o PRO.SOM, a exemplo de Gideon Rosa que é um ator muito conhecido”, comenta. A preferência pela versão dramatizada da gravação é para uma melhor aproximação do ouvinte com a obra. “Nosso objeto é dramatizar o texto para que ele fique mais próximo do público”, destaca Raquel.

Luguita, a extensão da guitarra

Considerado uma lenda viva por alguns músicos, Luciano Souza vive quase no anonimato, mas sempre produzindo obras novas

Vinícius Arnaut

A poucos metros do Largo da Mariquita, no Rio Vermelho, ninguém imagina que existe uma casa modesta, habitada por um guitarrista que tinha tudo para ser um dos artistas mais conhecidos do país. Luciano Souza, de 57 anos, também conhecido como Luguita, apelido que ganhou nos anos 70, poderia ter sido um Pepeu Gomes da vida. Alias, Pepeu foi seu companheiro no grupo “Os príncipes do Yé Yé Yé”, que fez algum sucesso na época da Jovem Guarda. Pepeu, que já foi considerado o Hendrix brasileiro, já era baixista aos 12 anos, enquanto Luciano, aos sete, era o guitarrista solo de um grupo.

Apesar de morar numa casa modesta, Luciano parece não se importar com este fato. Ele diz fazer música para os “escolhidos”. “Não pense que a voz do povo é a voz de Deus, baby”, diz. É hiper crítico da indústria musical de Salvador, do mercado de axé e até dos músicos de jazz da Bahia que, segundo ele, se submetem a acompanhar as grandes estrelas do mercado. “Eu morro ali na praia, com os pescadores, queimando fumo, mas não acompanho nenhum cantor de axé”, dispara Luguita.

Sua música não é comercial nem feita para as grandes massas. Luciano tem no seu currículo dois discos solos: Virtuose (2006), e o Quando Acordar da Esperança (2013). No seu álbum mais recente, Luguita gravou quase todos os instrumentos, baixo, guitarra e bateria, e contou com a participação

de outros músicos, como o seu filho Vitor Brasil (bateria), e Dom Lula Nascimento, também baterista e jazzista brasileiro renomado, que tem no seu currículo uma passagem na banda de Miles Davis. Neste disco de 2013, ele presta homenagens aos seus guitarristas favoritos: Jimi Hendrix, John McLaughlin, Carlos Santana, dentre outros. Esses dois discos carregam ainda fortes influências de Hermeto Pascoal. Para concretizá-lo, teve apoio financeiro da Secretaria de Cultura da Bahia.

“Eu faço música para os escolhidos”

Luciano teve, de jovem, problemas com drogas, o que prejudicou muito sua carreira. Até hoje possui o apoio de Dona Nair Soares Souza, sua mãe. Se não fosse sua mãe, não saberia como estaria hoje, diz. Recentemente largou o cigarro devido a um enfisema pulmonar, que lhe rendeu uma internação. Se recuperando de problemas respiratórios, Luciano tem fôlego para gravar um disco orquestrado, um de seus maiores desejos novos, chamado Microtons, onde planeja fazer releituras de Smetak.

Alguns músicos da cidade sempre escutam falar de Luciano como uma lenda viva da guitarra, tal como o guitarrista Julio Caldas. “Luciano é



Foto: Dudu Assunção | LabFoto

uma daquelas pessoas que nascem com a música no coração, e que se apresenta e resplandece junto ao crescimento físico e espiritual”, relata Julio. O jornalista e produtor cultural Zezão Castro afirma no encarte do disco Quando Acordar da Esperança que “Luciano pertence a uma estirpe rara de instrumentistas integrada por Hélio Delmiro, Victor Biglione, Baden Powen, Piska e Lanny Gordin”.

Mas há lenda sem mídia? Uma lenda, para ser assim considerada, deve passar pelo crivo da mídia, ter sorte e saber gerir sua carreira. Luciano não teve essa intenção, ao que parece. Seu maior desejo é viver a música (e não, da música), que para ele está no som de um liquidificador ligado ou até no som do silêncio.

“A voz do povo não é a voz de Deus, baby”

Seu nome é Luguita, pois a guitarra é a extensão do seu corpo. Impossível pensar Luguita sem violão ou guitarra. No seu último disco, Luciano relatou que seus ensaios eram feitos também mentalmente. Talvez a guitarra para ele não seja mais uma materialidade, ou a extensão do seu corpo. Talvez, Luguita seja a extensão da guitarra.



Foto: Dudu Assunção | LabFoto

A “lenda” na sua casa modesta